

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
Processo Administrativo nº 014/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A Câmara Municipal de Natalândia – MG torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA – MG.

1.2 Área de intervenção: 69,30 m²

1.3 Endereço da obra: Avenida Unaí, nº 961, Centro, CEP 38.658-000, Natalândia/MG.

1.4 Valor global estimado: R\$ 186.392,50 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

1.5 Prazo de execução: 02 (dois) meses a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços.

1.6 Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

1.7 ART de elaboração de projetos e fiscalização: ART nº MG20264878395 – CREA-MG, Engenheiro Civil Thiago Couto Ribeiro, CREA: 299268/D.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODO DE DISPUTA E SISTEMA

2.1 Modo de disputa: ABERTO, conforme art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 A licitação será realizada de forma ELETRÔNICA, por meio do sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço eletrônico <https://www.bnc.org.br>.

2.3 Data da sessão pública: Recebimento das propostas até o dia **30/06/2026**, às **08h00min**, e início da sessão pública no dia **30/06/2026**, às **10h00min**, horário de Brasília.

2.4 Local para retirada do Edital: <https://www.bnc.org.br> ou presencialmente na sede da Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com Credenciamento regular no

Boa sorte

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em sistema equivalente mantido por Estado, Distrito Federal ou Município (art. 87, §1º, Lei nº 14.133/2021), e que atendam às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 Não poderão participar desta licitação:

- a) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante (art. 14, IV);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em razão de sanção que lhe foi imposta (art. 14, I e II, Lei nº 14.133/2021);
- c) Empresas declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública (art. 155, §5º e §6º).

CLÁUSULA QUARTA – DA HABILITAÇÃO (art. 62 a 70)

4.1 Habilitação Jurídica

4.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; ou documentos de eleição de seus administradores, tratando-se de sociedades por ações.

4.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

4.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

4.2.2 Certidão de regularidade relativa às contribuições previdenciárias e de terceiros (CND/INSS);

4.2.3 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.4 Certidão de regularidade do FGTS – CRF;

4.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.2.6 Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio do licitante.

4.3 Qualificação Econômico-Financeira

4.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (art. 69, II, Lei nº 14.133/2021);

4.3.2 Capital circulante líquido ou patrimônio líquido equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato (art. 69, §3º).

4.4 Qualificação Técnica (art. 67)

4.4.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade – CREA ou CAU;

Supplies

4.4.2 A licitante deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado junto ao CREA ou CAU, detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com o objeto da contratação, comprovando experiência em execução de obra de engenharia envolvendo, cumulativa ou alternativamente:

Serviços	previsto 90%
CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	112,30 KG
ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO CERÂMICO FURADO, ESP. 14CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	26,25 M²
TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS , INCLUSO IÇAMENTO.	349,60 M²
CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM	93,90 M²
REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	26,25 M²

- I – fundações e estruturas em concreto armado;
- II – estruturas metálicas para edificações;
- III – cobertura metálica ou termoacústica;
- IV – reforma e ampliação de edificações.

4.4.3 A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada mediante apresentação de um ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou obra ou serviço de engenharia compatível com o objeto licitado, admitida a soma de quantitativos para demonstração da experiência da empresa, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência dos Tribunais de Contas;

Serviços	Unidade
CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	KG

Handwritten signature

ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO CERÂMICO FURADO, ESP. 14CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	M ²
TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS , INCLUSO IÇAMENTO.	M ²
CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM	M ²
REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	M ²

4.4.4 Comprovação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do responsável técnico da empresa licitante, junto ao CREA ou CAU, referente às obras a serem executadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá conter o valor global da obra, com preços unitários para cada serviço, compatíveis com a Planilha Orçamentária integrante do Projeto Básico.

5.2 Não serão aceitas propostas com preço global superior ao valor estimado de R\$ 186.392,50 ou com preços unitários superiores aos valores de referência do SINAPI/SICOR constantes das planilhas orçamentárias.

5.3 A proposta terá prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura da sessão pública (art. 59, §3º, Lei nº 14.133/2021).

5.4 A proposta deverá ser acompanhada de:

- a) Planilha orçamentária detalhada com preços unitários e totais;
- b) BDI declarado e demonstrativo do BDI adotado;
- c) Cronograma Físico-Financeiro compatível com o prazo de execução de 2 (dois) meses.

CLÁUSULA SEXTA – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, a proposta de preço e os documentos de habilitação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Supplies

6.2.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, e que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação;

6.2.2 – não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.2.3 – não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e do inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e demais normas específicas.

6.3 A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

6.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5 O sigilo das propostas será garantido pelo sistema eletrônico até o momento da abertura da sessão pública.

6.6 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.7 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 A proposta de preço deverá ser apresentada com o valor global da obra em algarismos e por extenso, acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

7.1.1 – Planilha orçamentária detalhada, com preços unitários e totais por item, compatíveis com a Planilha Orçamentária do Projeto Básico (Anexo II);

7.1.2 – Demonstrativo do BDI adotado, com explicitação de cada componente (administração central, lucro, despesas financeiras, seguros, riscos e tributos), compatível com o Acórdão TCU nº 2.622/2013;

Handwritten signature in blue ink.

7.1.3 – Cronograma Físico-Financeiro compatível com o prazo de execução de 2 (dois) meses, indicando os serviços e os valores correspondentes a cada mês.

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante durante todo o certame.

7.3 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, materiais, mão de obra, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, BDI e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. O licitante enquadrado no Simples Nacional deverá informar expressamente essa condição na proposta, declarando que não recolhe os tributos incluídos no BDI de forma separada.

7.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7 Erros no preenchimento da planilha que não alterem a substância da proposta e sua validade jurídica poderão ser sanados pela Comissão de Contratação, mediante decisão fundamentada registrada em ata. Não constitui erro sanável a majoração do valor global da proposta.

7.8 O descumprimento das regras de formação de preços poderá ensejar a responsabilização do agente público perante o Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, a condenação ao pagamento de prejuízos ao erário decorrentes de superfaturamento por sobrepreço.

CLÁUSULA OITAVA – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da sessão pública dar-se-á automaticamente, por meio do sistema eletrônico indicado neste Edital, na data, horário e endereço eletrônico constantes do preâmbulo.

8.2 Iniciada a sessão pública, a Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, procedendo à desclassificação das que:

8.2.1 – Contenham elementos que identifiquem o licitante;

8.2.2 – Não atendam às especificações técnicas mínimas do Projeto Básico e do Memorial Descritivo;

8.2.3 – Apresentem preço global superior ao valor máximo estimado de R\$ 186.392,50 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Boyle

8.2.4 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 No modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogação automática, observando-se as seguintes regras:

8.4.1 – a etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos. Após esse período, o sistema prorrogará automaticamente a etapa por 2 (dois) minutos sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período em curso, inclusive no caso de lances intermediários, ocorrendo sucessivamente enquanto houver lances dentro do período de prorrogação;

8.4.2 – Encerradas as prorrogações, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, encerrando automaticamente a etapa;

8.4.3 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações;

8.4.4 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor estritamente inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

8.4.5 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidente tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

8.4.6 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

8.4.7 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

8.4.8 – Durante a etapa de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.5 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

8.6 No caso de desconexão da Comissão de Contratação durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Requintes

8.7 Encerrada a etapa de lances, a Comissão de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Concluída a negociação, a Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta e, se necessário, os documentos complementares adequados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação.

8.9 Tratamento favorecido a ME/EPP:

8.9.1 – Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes e procederá à comparação com os valores da primeira colocada, para aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

8.9.2 – As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

8.9.3 – A melhor classificada nessas condições terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior ao valor da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos. Caso desista ou não se manifeste, serão convocadas as demais ME/EPP no intervalo de 5%, na ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA – DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 O critério de julgamento é o MENOR PREÇO GLOBAL (art. 36, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.2 Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de menor valor global, atendidos todos os requisitos de habilitação e especificações técnicas do Projeto Básico.

9.3 Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, mediante consulta ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e à certidão consolidada disponível em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

9.4 A consulta será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.5 Caso conste na consulta a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar a eventual fraude por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares e demais elementos pertinentes. O licitante será convocado para manifestação previamente a qualquer desclassificação.

9.6 Verificadas as condições de participação, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo estimado.

Handwritten signature in blue ink.

9.7 Será desclassificada a proposta que:

9.7.1 – Contiver vícios insanáveis;

9.7.2 – Não obedecer às especificações técnicas do Projeto Básico e do Memorial Descritivo;

9.7.3 – Apresentar preço global superior ao valor máximo estimado ou preços unitários incompatíveis com os referenciais do SINAPI/SICOR;

9.7.4 – Apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerada, em caráter relativo, a proposta inferior a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração, sem que o licitante demonstre, após diligência promovida pela Comissão de Contratação, a viabilidade econômica e técnica da execução do objeto nas condições ofertadas.

9.7.4.1 – Antes da desclassificação por inexequibilidade, será assegurada ao licitante oportunidade para comprovar a exequibilidade de sua proposta, mediante apresentação de justificativas técnicas, memória de cálculo, contratos, notas fiscais, composição de custos, metodologia executiva ou quaisquer outros documentos aptos à demonstração da viabilidade da execução contratual.

9.7.5 – Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

9.8 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta global for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre esse valor e o da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis (art. 59, §2º, Lei nº 14.133/2021).

9.9 Em caso de indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos sobre a planilha orçamentária e o BDI declarado, a Comissão de Contratação poderá realizar diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.10 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate observará a ordem do art. 60 da Lei nº 14.133/2021: (i) disputa final com nova proposta; (ii) avaliação do desempenho contratual prévio; (iii) ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho; (iv) programa de integridade. Persistindo o empate, adotar-se-á preferência para empresas sediadas no Estado de Minas Gerais e, depois, empresas brasileiras.

9.11 Do resultado do julgamento, a Comissão de Contratação lavrará ata circunstanciada, disponibilizada no sistema para todos os participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento (art. 17, §1º, Lei nº 14.133/2021). Somente o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar os documentos de habilitação.

Suplentes

10.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF ou em sistema equivalente, desde que o registro abranja todos os requisitos exigidos neste Edital.

10.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente serão exigidos para fins de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º, Decreto nº 8.538/2015). Havendo irregularidade, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, sob pena de decadência do direito à contratação.

10.4 A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por sistema eletrônico.

10.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para: (i) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados; (ii) atualização de documentos com validade expirada após a data de recebimento das propostas.

10.7 Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

10.8 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

10.9 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

11.2 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

11.3 Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados à Comissão de Contratação até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

Handwritten signature in blue ink.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo licitatório.

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 – o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VISITA TÉCNICA

13.1 É facultada a realização de visita técnica ao local das obras, para que os interessados tomem conhecimento das condições e peculiaridades do objeto.

Suplente

13.2 A visita deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, pelo telefone (38) 3675-8020, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h00, ou e-mail camaranatalandialeleg@gmail.com.

13.3 A licitante que optar por não realizar a visita deverá apresentar declaração de que possui pleno conhecimento das condições do local e de que não utilizará a não realização da visita como fundamento para quaisquer reclamações futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

14.1 Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (art. 46, I, Lei nº 14.133/2021).

14.2 A execução seguirá rigorosamente os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias integrantes do Projeto Básico.

14.3 A ordem de serviços somente será emitida após a regularização de toda a documentação contratual, incluindo ART de execução registrada no CREA-MG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1 As medições serão realizadas mensalmente, com base na aferição dos serviços efetivamente executados, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro.

15.2 O fiscal do contrato atestará a medição, que será submetida ao gestor para liquidação, nos termos do art. 117, §3º da Lei nº 14.133/2021.

15.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155 e 156)

16.1 O licitante ou contratado que incorrer nas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções:

- I – Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II – Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor correspondente;
- III – multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial grave do objeto;
- IV – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

16.2 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.3 Antes da aplicação das sanções, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 157).

Handwritten signature in blue ink.

16.4 Na aplicação das sanções administrativas serão considerados:

- I – A natureza e a gravidade da infração;
- II – Os danos causados à Administração;
- III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – Os antecedentes do infrator;
- V – A reincidência;
- VI – A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- VII – A proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a penalidade aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

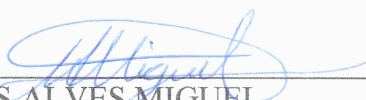
17.1 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, nos Decretos Federais aplicáveis e, subsidiariamente, na Lei nº 8.078/1990.

17.2 O foro competente para dirimir controvérsias é o da Comarca de Bonfinópolis de Minas/MG.

17.3 Integram este Edital, como partes indissociáveis:

- d) Anexo I – Projeto Básico / Termo de Referência;
- e) Anexo II – Planilha Orçamentária Detalhada (SINAPI/SICOR 01/2026 MG);
- f) Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro;
- g) Anexo IV – Memorial Descritivo;
- h) Anexo V – Estudo Técnico Preliminar;
- i) Anexo VI – Mapa de Riscos;
- j) Anexo VII – Projetos (Planta, Vista Lateral, Pórtico e Memória de Cálculo Metálica);
- k) Anexo VIII – Minuta do Contrato;
- l) Anexo IX – Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Natalândia – MG, 22 de maio de 2026.



MARCOS ALVES MIGUEL
Presidente da Câmara Municipal de Natalândia – MG
Autoridade Competente

Suplente